



# A Santa Sé

---

MENSAGEM DE SUA SANTIDADE  
**PAPA PAULO VI**  
PARA A CELEBRAÇÃO DO  
**VIII DIA MUNDIAL DA PAZ**

1 DE JANEIRO DE 1975

## A RECONCILIAÇÃO, CAMINHO PARA A PAZ

*A todos os homens de boa vontade.*

*Eis a Nossa mensagem para o ano de 1975.*

*Vós já a conheceis, ela não pode ser outra:*

*Irmãos, sejamos fazedores da paz!*

Nossa mensagem é muito simples, mas ao mesmo tempo ela é tão grave e tão exigente, que chega até a parecer ofensiva: a paz não existe já? Que outras coisas, ou que mais é que se pode fazer, além daquilo que já se fez, ou que está ainda a fazer-se neste momento, pela paz? A história da humanidade não se encaminha já, por virtude própria, no sentido da paz universal?

Sim: é verdade que assim é; ou melhor, que assim parece. E no entanto a paz deve ser « feita », deve ser gerada e produzida continuamente; ela resulta de um equilíbrio instável, que só o movimento pode assegurar e que é proporcionado com a velocidade do mesmo. As próprias instituições, que na ordem jurídica e no concerto internacional têm a função e o mérito de proclamar e de conservar a paz, alcançam o seu pródigo objectivo se estiverem a operar continuamente, se souberem a cada momento gerar a paz, fazer a paz.

Uma tal necessidade resulta principalmente do devir humano, do incessante processo evolutivo da humanidade. Os homens sucedem a outros homens, as gerações às gerações. Mesmo que

não se verificasse qualquer mudança nas situações jurídica e histórica existentes, seria necessária sempre, apesar disso, uma obra continuamente « in fieri » ( em actuação ) com o fim de educar a humanidade para permanecer fiel aos fundamentais direitos da sociedade: estes devem permanecer e guiarão a história durante um tempo indefinido, mas com a condição de os homens mudáveis e de os jovens que vêm revezar os mais velhos que vão desaparecendo, ocupando os seus lugares, serem incessantemente educados para a disciplina da ordem visando o bem comum, e para o cultivo do ideal da paz. Fazer a paz, sob este aspecto, quer dizer educar para a paz. E não é pequena nem fácil uma tal empresa.

Mas todos sabemos que, no cenário da história, não mudam apenas os homens. Mudam também as coisas. Ou seja, mudam-se as questões, de cuja solução equilibrada depende a pacífica convivência entre os homens. Ninguém pode defender que a organização da sociedade civil e da conjuntura internacional já é perfeita. Continuam ainda potencialmente abertos muitos, muitíssimos problemas; continuam a está-lo os de ontem; surgem os de hoje; e amanhã outros se levantarão; e todos aguardam solução. Esta, Nós asseveramos, não pode nem deve jamais brotar de conflitos egoístas ou violentos, nem, menos ainda, de guerras mortíferas entre os homens. Têm-no dito os homens avisados, estudiosos da história dos Povos e peritos na economia das Nações. Nós próprio, inerte no meio das contendidas do mundo, e forte com uma Palavra divina, já o temos dito: todos os homens são irmãos. E finalmente a inteira civilização parece ter admitido este princípio fundamental. Por conseguinte: se os homens são irmãos, mas entre eles ainda existem e estão sempre a levantar-se causas de conflito, é necessário que a paz se torne operante e sapiente. A paz deve ser feita, deve ser produzida, deve ser excogitada, deve ser criada, com espírito sempre vigilante e com uma vontade sempre remozada e infatigável. Estamos persuadidos todos, portanto, do princípio informador da sociedade contemporânea: a paz não pode ser nem passiva, nem opressiva; mas tem de ser inventiva, preventiva e operativa.

É para Nós motivo de alegria poder observar que estes critérios directivos da vida colectiva no mundo de hoje, pelo menos em linha de princípio, estão a ser universalmente aceites. E da Nossa parte sentimo-Nos no dever de agradecer, de elogiar e de estimular os homens responsáveis e as instituições destinadas hodiernamente a promover a paz sobre a terra, por terem escolhido como primeiro artigo do seu código de operar este axioma fundamental: só a paz gera a paz.

E permití-Nos vós todos, ó Homens, repetir profeticamente a mensagem do recente Concílio Ecuménico até aos confins do horizonte: « Nós devemos esforçar-nos, com todo o empenho, por preparar os tempos em que, mediante o comum acordo das Nações, se possa impedir absolutamente qualquer espécie de guerra... A paz deve antes nascer da confiança mútua das Nações, do que ser imposta pelo terror das armas.

« ... Os governantes dos Povos, os quais são responsáveis pelo bem comum das próprias Nações e ao mesmo tempo fautores do bem da humanidade inteira, dependem muito das opiniões e sentimentos das multidões. É inútil, de facto, estarem a dedicar-se com tenacidade à

edificação da paz, enquanto os sentimentos de hostilidade, desprezo e desconfiança, os ódios raciais e os preconceitos ideológicos dividirem os homens e os opuserem uns aos outros. Daqui a extrema e urgente necessidade dum renovada educação das mentalidades e dum nova orientação do opinião pública.

Aqueles que se consagram à obra da educação, sobretudo da juventude, bem como os que contribuem para a formação da opinião pública, considerem como seu gravíssimo dever o procurar inculcar nos ânimos de todos, sentimentos novos, inspiradores de paz.

Cada um de nós deve aplicar-se, pois, em reformar o próprio coração, com os olhos postos no mundo inteiro e naquelas tarefas que os homens podem realizar juntos para levar a humanidade para um melhor destino » (Const. *Gaudium et spes*, n. 82).

E é a este propósito que a Nossa mensagem se centra no seu ponto característico e inspirador, ao afirmar que a paz tanto mais válida será, quanto ela, antes de ser exterior, visar ser algo interior. É preciso desarmar os espíritos, se quisermos impedir de modo eficaz o recurso às armas que ferem os corpos. É preciso dar à paz, ou seja, aos homens todos, as raízes espirituais de uma forma comum de pensar e de amar. « Não basta, pois - escreve Santo Agostinho, mestre e idealizador de uma Cidade Nova - não basta para associar os homens entre si a identidade da sua natureza; é necessário ensinar-lhes: a falar uma mesma linguagem, isto é, a da compreensão; a usufruir uma cultura comum; e a compartilhar os mesmos sentimentos. De outra sorte, o homem preferirá encontrar-se com o seu cão, a encontrar-se com um homem estranho » (*De Civitate Dei*, XIX, VII: PL 41, 634).

Esta interiorização da Paz é verdadeiro humanismo e verdadeira civilização. Afortunadamente ela acha-se já em curso. Matura com o progresso do mundo. Encontra a própria virtude persuasiva nas dimensões universais das relações de todos os géneros que os homens estão a estabelecer entre si. É um trabalho lento e complicado; mas que, por muitos motivos, se impõe por si mesmo: o mundo encaminha-se para a sua própria unidade. Não podemos todavia criar-nos ilusões: enquanto, por um lado, a pacífica concórdia entre os homens se difunde - mediante a descoberta progressiva da complementariedade e da interdependência dos diversos Países, mediante os intercâmbios comerciais, mediante a difusão de uma mesma visão do homem, sempre respeitadora, aliás, da originalidade e da especificidade das várias culturas, mediante as facilidades das viagens e dos meios de comunicação social, etc. devemos notar, por outro lado, que hoje em dia tomam consistência novas espécies de nacionalismos ciosos, fechados em formas de melindrosos esforços baseados sobre a raça, a língua e a tradição; protraem-se tristíssimas situações de miséria e de fome; surgem poderosas organizações económicas multinacionais impregnadas de antagonismos egoísticos; organizam-se socialmente ideologias exclusivistas e dominadoras; rebentam conflitos territoriais com impressionante facilidade; e, sobretudo, aumentam em número e em potência os engenhos mortíferos para possíveis e catastróficas destruições, de molde a impor ao terror o nome de Paz. Sim o mundo caminha na

direcção da sua própria unidade; ao mesmo tempo, porém, crescem as terrificantes hipóteses que perspectivam maiores possibilidades, maiores facilidades e maior perigo de embates fatais e, sob certos aspectos, considerados como inevitáveis e necessários, como se fossem exigidos pela justiça. Sucederá que um dia a justiça já não será irmã da paz, mas sim da guerra? (cfr. Santo Agostino, *l.c.* ).

Não jogamos às utopias: nem optimistas, nem pessimistas. Desejamos ater-nos à realidade. Esta, porém, com uma tal fenomenologia de esperança ilusória e de desesperação de deprecar, adverte-nos ainda uma vez de que qualquer coisa não funciona bem na máquina monumental da civilização; esta poderia rebentar numa conflagração indescritível por um defeito na sua construção. Dizemos defeito e não falta; ou seja, referimos-Nos ao defeito do coeficiente espiritual, que já admitimos, apesar de tudo, presente e operante na economia geral do pacífico desenvolvimento da história contemporânea e ser merecedor de todos os reconhecimentos favoráveis e de estímulo: não atribuímos Nós, porventura, à UNESCO o Nosso prémio intitulado ao Papa João XXIII, autor da Encíclica *Pacem in terris?*

Mas Nós ousamos dizer que é preciso fazer algo mais ainda, é preciso valorizar e aplicar o coeficiente espiritual, de molde a torná-lo capaz, não somente de impedir os conflitos entre os homens e de os predispor para sentimentos pacíficos e civis, mas também de produzir a reconciliação entre os mesmos homens, que o mesmo é dizer, de gerar a Paz. Não basta conter a guerra, suspender as lutas, impor tréguas e armistícios, delimitar fronteiras e definir relações e criar fontes de interesses comuns; não basta paralisar as hipóteses de contendidas radicais mediante o terror de inauditas destruições e sofrimentos; não basta, enfim, uma Paz imposta, uma Paz utilitária e provisória. É necessário tender para uma Paz amada, livre e fraterna, isto é, fundada sobre a reconciliação dos espíritos.

Sabemos que isso é difícil; mais difícil do que qualquer outro método. Mas não é impossível, não é algo fantástico. Nós temos confiança numa bondade fundamental dos homens e dos Povos. Deus fez as gerações saudáveis (cfr. *Sab.* 1, 14 ). O esforço inteligente e perseverante pela mútua compreensão dos homens, das classes sociais, das Cidades, dos Povos e das civilizações entre si, não é estéril. Regozijamo-Nos, especialmente na vigília do Ano Internacional da Mulher, proclamado pelas Nações Unidas, pelo facto de uma cada vez mais ampla participação das mulheres na vida da sociedade, à qual elas dão uma contribuição específica de grande valor, graças àquelas qualidades que Deus lhes deu: intuição, criatividade, sensibilidade, sentido da piedade e da compaixão, vasta capacidade de compreensão e de amor, facultam à mulheres, de facto, serem, de uma maneira absolutamente particular, artífices da reconciliação nas famílias e na sociedade.

Constitui para Nós igualmente motivo de especial satisfação o poder verificar que a educação dos jovens para uma nova mentalidade universal da convivência humana - mentalidade, não céptica, não vil, não inepta, não esquecida da justiça, mas generosa e amorosa já começou e já fez bons

progressos. Ela encerra imprevisíveis recursos para a reconciliação; e esta pode traçar a via para a Paz, na verdade, na honra, na justiça e no amor, e por isso, na estabilidade e na nova história da humanidade.

Reconciliação: pensais vós nela, Homens jovens, Homens valentes, Homens responsáveis, Homens livres e Homens bondosos? Não poderia, acaso, esta palavra mágica entrar no dicionário das vossas esperanças e dos vossos êxitos?

Eis aqui, pois, esta é a Nossa mensagem para vós, acompanhada dos melhores votos: a reconciliação é o caminho para a paz!

Para vós, Homens da Igreja:

Irmãos no Episcopado, Sacerdotes, Religiosos e Religiosas;

Para vós, membros do nosso Laicado militante e para vós todos, Fiéis:

A mensagem sobre a Reconciliação como caminho para a Paz exige um complemento, se bem que este seja já por vós conhecido e vos esteja presente.

Este não é apenas uma parte integrante, mas essencial de toda a Nossa mensagem, como vós bem sabeis. Com efeito, ela recorda-nos a todos que a primeira e indispensável reconciliação que há-se ser alcançada é a reconciliação com Deus. Não pode haver para nós crentes outro caminho para a Paz, senão este; mais ainda, na definição da nossa salvação, reconciliação com Deus e nossa paz coincidem, são uma causa da outra. Esta é a obra de Cristo. Ele reparou a ruptura que o pecado provoca nas nossas relações vitais com Deus. Recordemos, entre muitas outras, uma palavra de São Paulo a este respeito: « ... Tudo isso vem de Deus, que nos reconciliou consigo por meio de Cristo (2 Cor. 5, 18).

O Ano Santo que estamos para começar intenta interessar-nos por esta primeira e ditosa reconciliação: Cristo é a nossa paz; Ele é o princípio da reconciliação na unidade do seu Corpo Místico (cfr. Ef. 1, 14-16). Passados dez anos após a conclusão do II Concílio do Vaticano faremos bem em meditar no sentido teológico e eclesiológico destas verdades basilares da nossa fé e da nossa vida cristã.

Daí flui uma consequência lógica e obrigatória, fácil também, se verdadeiramente nós estamos em Cristo: devemos aperfeiçoar o sentido da nossa unidade; unidade *na* Igreja e unidade *da* Igreja; comunhão mística, constitutiva, a primeira (cfr. 1 Cor. 1, 10; 12, 12-17); recomposição ecuménica da unidade entre todos os cristãos, a segunda (cfr. Decreto Conciliar *Unitatis Redintegratio*); uma e outra requerem uma sua reconciliação própria, que deve ser portadora, para a colectividade cristã, daquela paz que é um fruto do Espírito Santo, subsequente à sua

caridade e ao seu gozo (cfr. *Gál. 5, 22*).

Também nestes campos nós devemos « ser fazedores da paz »! Chegar-vos-á certamente às mãos o texto de uma Nossa *Exortação sobre a reconciliação no interior da Igreja*, publicada há alguns dias atrás; Nós suplicamo-vos, em nome de Jesus, que procureis meditar este documento e que procureis daí deduzir propósitos de reconciliação e de paz. Que ninguém pense que pode eludir estas exigências indeclináveis da comunhão com Cristo - a reconciliação e a paz - arrimando-se a habituais posições contestadoras da sua Igreja; procuremos, ao contrário, que esta Igreja de Cristo venha a receber de todos e de cada um uma nova e leal contribuição, feita de filial, humilde e positiva edificação da mesma Igreja. Não haveremos nós de recordar, porventura, aquela extrema palavra do Senhor, para a apologia do seu Evangelho: « ... para chegarem à perfeita unidade, e, portanto, o mundo conheça que tu Me enviaste » (*Jo. 17, 23*)? Não haveremos nós de ter a alegria de rever irmãos amados e afastados volver à antiga e jubilosa concórdia?

Nós devemos rezar para que este Ano Santo proporcione à Igreja Católica a inefável experiência da recomposição na unidade de alguns grupos de Irmãos, já bem próximos do único redil, mas ainda hesitantes em atravessar a porta do mesmo. E rezaremos também pelos sequazes sinceros de outras Religiões, para que se desenvolva o diálogo amigável que iniciámos com eles e, todos juntos, possamos colaborar em favor da paz mundial.

E devemos pedir a Deus, antes de mais nada, a humildade e o amor para nós próprios, a fim de darmos à profissão límpida e constante da nossa fé a virtude atractiva da reconciliação e o carisma fortificante e gaudioso da paz. E com a Nossa abençoadora saudação, que « a paz de Deus, que supera todo o conceito, guarde os vossos corações e as vossas mentes em Cristo Jesus » (*Filip. 4, 7*).

*Vaticano, 8 de Dezembro de 1974.*

**PAULUS PP. VI**